

Depois de décadas de espera, parece que o Brasil descobriu a questão educacional. A melhor prova disso é a atenção que mereceu a troca do responsável pelo Ministério da Educação. O fato ganhou espaço nas preocupações gerais, como a sinalizar que a sociedade de política brasileira percebeu que a construção de um futuro tem um preço, que só pode ser pago com dois tipos de moeda: seriedade na formulação de objetivos e persistência na execução deles. Talvez seja exatamente porque essa descoberta se deu que o novo ministro quebra uma tradição de muitos anos, durante os quais o cargo de responsável pela Educação do País era preenchido por políticos oriundos sempre de um mesmo partido. A "di-hastia" iniciada com o senador Marco Maciel parece que chegou ao fim com o ex-senador Carlos Chiarelli.

Uma indicação da possibilidade de que, enfim, se vai tratar a Educação com alguma seriedade neste país — a partir da definição de objetivos escolhidos de olhos postos na realidade — pode ser encontrada no discurso do presidente Collor de Mello na solenidade de posse do ministro José Goldemberg. Quando S. Exa. reconheceu a ausência de uma "política educacional digna desse nome" como nossa "maior" dívida social, ficou claro que o governo identificou a necessidade de coordenar esforços, de organizar iniciativas a partir de princípios, dispensando tanto o impacto, sempre fantástico e inútil, quanto o atendimento fisiológico, que quase sempre beira a corrupção. Sem subestimar dificuldades, o presidente Collor

de Mello lembrou que a implementação de uma política educacional só será efetiva se não se detiver "diante de resistências corporativas, ideológicas, clientelistas e reacionárias". Será uma boa medida, se as palavras se transformarem em ação, isto é, se o novo ministro tiver liberdade de compor seu staff imediato, a começar pelo cargo de secretário-executivo de sua pasta.

O ministro Goldemberg herdou o "peso do mundo". Há alguns anos, o governo Sarney

de livros didáticos de distribuição gratuita e obrigatória, um pouco de tudo passa pela alcada do MEC, que de fato só repassa recursos, sem poder até mesmo para definir prioridades. Afinal, o ensino de primeiro e segundo grau é questão municipal (essencialmente) e estadual, por definição constitucional. O novo ministro não quer que o seu ministério seja conhecido como o "ministério das universidades", mas é quase impossível negar essa evidência. O MEC fica com o ônus político das

mazelas educacionais do País. Oficialmente, é responsável por elas, mas o seu poder está restrito ao comando do terceiro grau. Antes de pensar em crescer na direção da Ciência e Tecnologia, convém ao ministro Goldemberg pensar nessa situação.

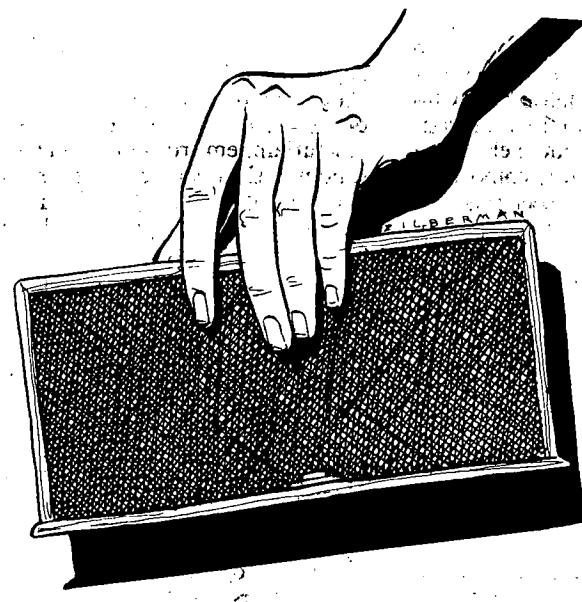
E fato que

na área do terceiro grau não faltam problemas. O País todo discute a questão do ensino superior pago e da greve nas universidades. Não há dúvida de que este será o primeiro teste da habilidade política do novo ministro. Vale lembrar que a hemorragia de autoridade começa sempre pela ausência de coerência. Não pode haver, de um lado, um discurso para a assembleia da comunidade universitária e, de outro, a execução de vontades na

sala do ministro. A tensão na área já é suficiente para dispender esse procedimento. Outros já tomaram esse caminho e o resultado foi sempre o mesmo. A solução da greve de quase três meses e a questão salarial dos docentes passam mais pela confiança que se possa ter na autoridade que pelo crescimento da folha de pagamento, uma vez que tanto docentes como funcionários sabem que a recuperação salarial não será instantânea.

Um capítulo à parte é o tema Ciacs. O presidente pretende vê-los como "causa nacional", mas é do ministro Goldemberg a expressão "depósito de alunos". Não há dúvida de que o "espírito" dos Ciacs — herdeiros em segunda geração dos Cieps brizolistas — é incompatível com o querer dotá-los de um forte conteúdo pedagógico: "Não são só os prédios que vão melhorar a Educação". O professor Goldemberg sabe, e já o disse como ministro, que a Educação melhora quando se investe em qualidade de ensino. Sem manobras. No seminário do Banco Mundial de abril, um pesquisador norte-americano provou que cada dólar gasto em qualidade de ensino rende quatro. Cada dólar investido em Ciacs renderá quantos votos?

Para um ministro da Educação que toma posse insistindo em que o primeiro passo para recuperar a escola é pensar no professor, no seu salário e no seu desempenho, que a alfabetização acaba quando se coloca criança na escola e não quando se faz show na televisão, em um país como o Brasil, o melhor que se pode desejar a S. Exa. é boa sorte.



tentou montar um organograma para conhecer o tamanho exato do MEC, com todos os seus penduricalhos e órgãos afins. Não há registro de que tenha conseguido conclui-lo. Da distribuição da merenda escolar — que transformava o órgão no "grande refeitório" de que tanto reclamava o ex-ministro Chiarelli — à avaliação para desclassificação na disputa de bolsas dos cursos de pós-graduação, passando pela "tormentosa" escolha dos milhões